

# Expressão definitiva do respeito à liberdade

## Declaração pauta relações dos países

A adoção da Declaração Universal de Direitos Humanos, em 1948, pela Assembléia Geral das Nações Unidas, constitui um marco no desenvolvimento do respeito às liberdades individuais. No artigo 5º, o documento diz que “ninguém será submetido à tortura ou a tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes”. Esta foi a primeira resposta conjunta da população mundial aos horrores da Segunda Grande Guerra. Essas vozes ecoam até hoje, tanto na elaboração de tratados quanto no estabelecimento de relações de política internacional.

**Além de signatário, o Brasil participou da redação do documento**

Autor de uma trilogia sobre Direitos Humanos, o juiz João Baptista Herkenhoff lembra que o

conceito foi evocado em diferentes períodos da História. Entre eles, estão a cassação dos poderes do rei absolutista João Sem Terra, em 1214, e a elaboração da chamada Magna Carta, que passou a reger os direitos dos cidadãos. Mais tarde, em 1776, a Independência dos Estados Unidos ratificou os conceitos, reforçados na Revolução Francesa (1789). O juiz cita ainda a Revolução Mexicana e a elaboração da Constituição de 1917.

– Foi a revolução que proclamou, pioneiramente, os direitos do trabalhador. Tivemos também a Revolução Russa, que levou à declaração dos direitos do povo, dos trabalhadores e dos explorados.

O Brasil, que também ajudou a redigir a convenção de 1948 com o jornalista Austregésilo de Athayde, voltou a reforçar os compromissos ao elaborar a Constituição de 1988.

– Ofereceu-se a chance de cidadania àqueles que pertenciam a uma segunda classe. A situação da mulher, por exemplo, vem melhorando e tende a melhorar ainda mais com o novo código civil. As minorias raciais também vêm angariando conquistas, como acesso à universidade e ao saber – diz a presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ester Kosovski.

A especialista lembra que ainda há muito a ser feito, mas diz que aos poucos os brasileiros estão se conscientizando dos direitos de minorias como mulheres, negros, homossexuais, idosos, crianças e adolescentes.